

Requerimento nº. RQ 1829/2009
(Da Bancada do Partido dos Trabalhadores)

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:
10 / 11 / 09
HORA: 10h LOCAL: AVOIT.

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Casa, sobre a situação a dos anistiados do Plano Collor.

Raulo Barbosa Pacheco
Assistente Legislativo - Cerimonial
Matr. 11.680-40

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com amparo no art. 145, do Regimento Interno, venho requerer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Casa, no dia 10 de novembro às 9 horas no Auditório, para discutir a situação dos anistiados do Plano Collor.

Assessoria de Plenário e Distribuição
Ao Setor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida, à Assessoria de Plenário para análise de admissão e distribuição, servando o art. 132 do RI.

Justificação

Em 19/10/09 Em 1990, primeiro ano do Governo do então Presidente Fernando Collor, sob o pretexto de "enxugar" a máquina administrativa, sobretudo no Poder Executivo, dezenas de milhares de servidores foram demitidos, fato esse gerador de grande angústia e desespero para esse considerável número de agentes públicos e seus familiares.

Passados quatro anos, a problemática acenava para uma solução, quando, no ano de 1994, fora promulgada pelo então Presidente Itamar Franco a Lei nº 8.878, estabelecendo o retorno dos demitidos e a conseqüente retomada de seus cargos.

Todavia, o processo de reintegração não durou por muito tempo, haja vista que, em 1995, o Governo Fernando Henrique suspendeu o processo, baixando o Decreto Presidencial nº 1.499, o qual determinava que todos os pedidos de anistia dentro da administração direta do Poder Executivo passassem a ser revistos. Nesse mesmo ano, o então Presidente assinou o Decreto nº 1.500, que estabeleceu o mesmo processo para os servidores vinculados às estatais extintas.

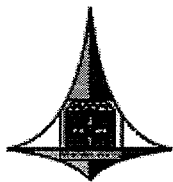
A questão alcançou o Poder Judiciário. Desse modo, o Superior Tribunal de Justiça, pertinentes à interpretação da legislação federal infraconstitucional, que foi provocado para se manifestar sobre a situação de alguns desses servidores e firmou, assim, precedente para que servidores que foram anistiados pudessem ser reintegrados ao serviço público.

Todavia, na alçada do Poder Executivo, ainda não havia nada de concreto. A situação começou a mudar no primeiro Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que percorreu caminho bem mais razoável do que seu antecessor, fazendo cessar posturas famigeradas e contrárias aos anistiados, adotando medidas legais no sentido da reintegração dos servidores, além de determinar também que ocorresse em breve espaço de tempo.

A partir daí, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio de sua Secretariá de Recursos Humanos, iniciou estudos para viabilizar as reintegrações, sendo criado um grupo de trabalho que propôs medidas para a readmissão desses servidores, levando em conta que alguns dos órgãos desses servidores foram extintos. Foi criada a Comissão Especial Interministerial, que após analisar milhares de processos, já reintegrou

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 1829/09
Folha Nº 01

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recbi em 13/10/09 às 16:00
Assinatura Matrícula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Erika Kokay

centenas de servidores. Sabemos que ainda temos que avançar muito mais, portanto, continuaremos pressionando para que todos os anistiados com processos já analisados pela Comissão Especial Interministerial (CEI), retornem imediatamente ao trabalho.

Isso posto, e considerando a inegável relevância do tema abordado, espero contar com o apoio dos nobres Deputados desta Comissão para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, de outubro de 2009.

Erika Kokay
Deputada Distrital – Líder do PT

Cabo Patrício
Deputado Distrital – PT/DF

Paulo Tadeu
Deputado Distrital – PT/DF

Chico Leite
Deputado Distrital – PT/DF

Setor Protocolo Legislativo

20 Nº 1829/09

Folha Nº 02